

**TRANSPARÊNCIA DAS MEDIDAS DE DESEMPENHO DE GESTÃO (MPM):
UMA ANÁLISE DA IFRS 18 NO ENFRENTAMENTO DA ASSIMETRIA
INFORMACIONAL**

***TRANSPARENCY OF MANAGEMENT PERFORMANCE MEASURES (MPM):
AN ANALYSIS OF IFRS 18 IN ADDRESSING INFORMATION ASYMMETRY***

Gustavo Rodrigues Marques
gustavo.gd23@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio teórico tem como objetivo analisar como as Medidas de Desempenho de Gestão (MPM), cuja divulgação obrigatória foi introduzida pela IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, podem ser úteis para os stakeholders na avaliação do desempenho das empresas, de modo a reduzir a assimetria informacional em relação aos administradores. Além disso, o estudo busca oferecer uma contribuição original à literatura contábil ao explorar um tema ainda emergente, especialmente no contexto da recente implementação da IFRS 18 e de seus potenciais impactos informacionais. A metodologia adotada nesta pesquisa consiste na investigação bibliográfica e documental, na qual foram levantados estudos anteriores sobre os temas relacionados, além de documentos fornecidos por entidades responsáveis pelo estabelecimento e revisão de práticas contábeis. Os métodos técnicos aplicados envolvem o desenvolvimento de argumentações e discussões sobre o assunto de acordo com o objetivo proposto. Os resultados obtidos indicam que a exigência da IFRS 18 quanto à reconciliação e à divulgação de explicações das MPM pode representar um instrumento com potencial de mitigar a assimetria informacional.

Palavras-chave: Medidas de desempenho de gestão, IFRS 18, Assimetria informacional.

ABSTRACT

This theoretical essay aims to analyze how Management Performance Measures (MPMs), whose mandatory disclosure was introduced by IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, can be useful for stakeholders in evaluating company performance, in order to reduce information asymmetry in relation to managers. Furthermore, the study seeks to offer an original contribution to the accounting literature by exploring a still-emerging topic, especially in the context of the recent implementation of IFRS 18 and its potential informational impacts. The methodology adopted in this research consists of bibliographic and documentary investigation, in which previous studies on related topics were collected, in addition to documents provided by entities responsible for establishing and reviewing accounting practices. The technical methods applied involve the development of arguments and discussions on the subject according to the proposed objective. The results obtained indicate that the IFRS 18 requirement regarding the reconciliation and disclosure of explanations of MPMs can represent an instrument with the potential to mitigate information asymmetry.

Keywords: Management performance measures, IFRS 18, Information asymmetry.

1 INTRODUÇÃO

A seleção de alternativas de investimentos deve vir precedida de uma análise criteriosa (BELO & BRASIL, 2006). Não é novidade que a chamada “assimetria informacional” é um fenômeno que causa grande impacto para a economia e para o sistema financeiro forma geral, uma vez que ela advém de uma informação privilegiada que pode levar a distorções do mercado e, conseqüentemente, para os investidores.

Quando ocorrem problemas, intencionais ou não, na distribuição de informações pelas empresas, determinados agentes do mercado acabam por terem mais informações que outros agentes. A atuação dos departamentos de relações com investidores (RI) busca melhorar as informações da empresa para o mercado e do mercado para a empresa (BOLLEN et al., 2006).

Nesse contexto, se consideram informações cruciais para os stakeholders aquelas apresentadas por meio das demonstrações financeiras. Não obstante, nem sempre as informações reportadas são suficientes para eliminar a assimetria informacional que pode existir entre usuários internos (administradores, empregados, entre outros) e os usuários externos, (investidores, financiadores e outros credores), que são os principais usuários dessas informações (DE ARRUDA et al., 2015).

Com o propósito de melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 2024 a norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, com o objetivo de proporcionar aos investidores uma maior transparência e consistência em relação ao desempenho financeiro das empresas, fornecendo a esses usuários decisões em níveis superiores de informação.

Em meio às novas exigências introduzidas pelo IFRS 18, este artigo destaca o aprimoramento da transparência das chamadas “Medidas de Desempenho de Gestão” (Management Performance Measures – MPM), definidas pela administração. As MPM são indicadores definidos pela administração das empresas para avaliar o desempenho financeiro e auxiliar na tomada de decisões estratégicas.

Embora a IFRS 18 represente avanço na padronização e divulgação de informações de desempenho (DJEMAI, 2025; OYEDOKUN et al., 2025), estudos indicam também desafios interpretativos e de comparabilidade das MPMs (ERGUN, 2025; CARMO, 2024), além de lacunas quanto à evidência empírica de seus efeitos sobre investidores e analistas (SALOTTI, 2024). Esse contexto evidencia que o tema ainda é emergente, possibilitando contribuições originais no aprimoramento da transparência e na mitigação da assimetria informacional.

Ante o exposto, considerando a incerteza existente sobre de que forma essas informações podem efetivamente ser utilizadas pelos stakeholders para avaliar o desempenho financeiro das empresas e reduzir a assimetria informacional em relação aos administradores, **de que forma as Medidas de Desempenho de Gestão (MPMs) podem auxiliar os stakeholders na avaliação do desempenho financeiro das empresas?**

Uma vez que pouco se sabe sobre a eficácia prática das MPMs na melhoria da transparência e na tomada de decisão informada por investidores, credores e demais interessados, **o objetivo deste estudo é identificar como as MPM podem ser úteis para os stakeholders para verificar o desempenho financeiro das empresas de modo a reduzir a assimetria informacional, possibilitando aprimorar a tomada de decisão.**

A IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027 ou posteriores a esta data, o que não impede que as empresas possam aplicá-la antecipadamente, sujeito à autorização dos reguladores relevantes (IFRS, 2024; DELOITTE, 2024). A presente

pesquisa contribui para a compreensão da evolução normativa do tema e se justifica pelo impacto nas demonstrações financeiras, pela análise de conformidade e os desafios na implementação, sobretudo no Brasil. Estudos como de Neves (2024) apontam possíveis obstáculos legais ao IFRS 18, decorrentes, principalmente, de conflitos com a legislação societária do Brasil. Apesar da adoção ao IFRS 18 ser obrigatória somente a partir de 2027, é necessário que as empresas se familiarizem com as exigências da norma para garantir uma transição que minimize erros e penalidades.

O artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda parte apresenta uma revisão da literatura sobre as demonstrações financeiras e seus usuários, uma visão geral da IFRS 18 e suas implicações, dentre elas, as Medidas de Desempenho de Gestão (MPM) e o impacto da assimetria informacional para os stakeholders na tomada de decisão. A terceira seção esclarece os procedimentos metodológicos aplicados. Na quarta parte são demonstrados os resultados contendo argumentações e discussões sobre o assunto. Na quinta seção, constam as considerações finais, as contribuições da pesquisa para a contabilidade, as limitações do estudo e as recomendações para pesquisadores que pretendem realizar trabalhos futuros relacionados a essa temática.

2 REVISÃO DA LITERATURA

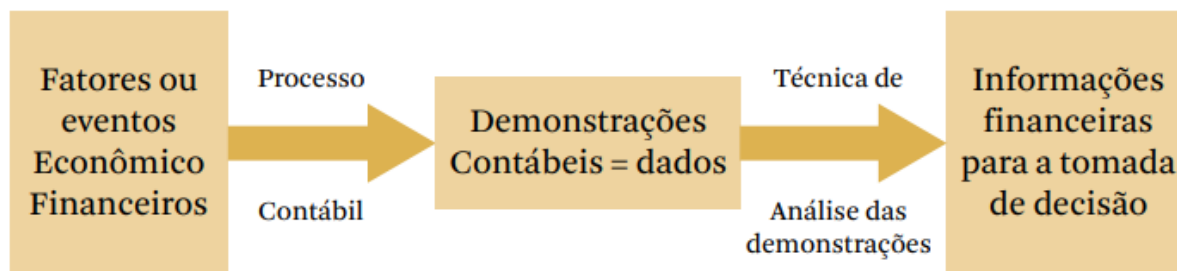
2.1 Análise das Demonstrações Financeiras

A análise das demonstrações contábeis teve sua origem no final do século XIX dentro do sistema bancário americano, sendo inicialmente utilizada para avaliar a capacidade de pagamento das empresas que solicitavam empréstimos. De acordo com Diniz (2015), o Conselho Executivo da Associação dos Bancos do Estado de Nova York recomendou que os bancos passassem a exigir declarações assinadas detalhando os ativos e passivos dos tomadores de crédito. Algum tempo depois, foi criado um formulário padronizado que incluía os dados do Balanço Patrimonial das empresas solicitantes de financiamento, consolidando a prática da análise contábil.

Ao longo do tempo, essa análise se expandiu para além do setor bancário, se tornando essencial para investidores, reguladores e gestores na avaliação da saúde financeira das empresas. Assim, a análise das demonstrações contábeis é considerada uma ferramenta indispensável para avaliar a performance financeira e a sustentabilidade econômica das organizações.

As demonstrações financeiras fornecem uma visão objetiva e detalhada da situação econômica e financeira das empresas (SEBASTIÃO, 2014). Os dados sobre receitas, despesas, ativos, passivos e patrimônio líquido, entre outros, podem se transformar em informações valiosas para os stakeholders, pois possibilitam a análise de desempenho, a identificação de riscos e oportunidades e a tomada de decisões estratégicas. Segundo Matarazzo (2010), o processo de análise das demonstrações financeiras consiste na produção de informação por meio do processamento de dados, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Processo de análise das demonstrações financeiras



Fonte: Matarazzo (2010)

De acordo com Nascimento et al. (2021), os dados por si só não possuem relevância, pois são apenas registros armazenados sem necessariamente agregar valor à decisão. Para que tenham utilidade, esses dados precisam ser processados e transformados em informação, ou seja, em um conteúdo capaz de influenciar escolhas e gerar impacto nos usuários.

A informação contábil deve trazer novos elementos que alterem a percepção dos tomadores de decisão. Se uma informação não traz novidade ou não modifica o entendimento sobre uma situação, ela perde seu valor como ferramenta de apoio à gestão e ao mercado. Há de se diferenciar o conceito de dado e informação. O dado é o que está armazenado, enquanto a informação é o que é comunicado e interpretado.

Nesse sentido, a contabilidade não se limita a registrar transações, mas tem um papel ativo na transmissão de informações relevantes para os stakeholders. Os registros contábeis exercem sua função informacional ao estruturar e divulgar relatórios financeiros de maneira compreensível e útil, de modo que os usuários possam utilizá-los para embasar suas decisões de forma eficaz (NASCIMENTO et al., 2021).

A qualidade dos dados é fundamental pois decisões estratégicas e operacionais são baseadas nesses dados. A existência de informações confiáveis, precisas e transparentes melhoram a tomada de decisão dos stakeholders, reduzindo os riscos e aumentando a confiança na empresa. Por outro lado, dados inconsistentes ou imprecisos podem levar a interpretações erradas, afetando investimentos, financiamentos e a própria reputação da organização. Portanto, a precisão e a veracidade das demonstrações financeiras são indispensáveis para a sustentabilidade e o crescimento dos negócios. De acordo com Silva e Souza (2011, p. 68):

As demonstrações financeiras são utilizadas pela gestão da entidade para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados [...] e apresentam informações úteis que revelam suas operações durante um determinado período de tempo, e quando analisadas facilitam a detenção dos pontos fortes e fracos encontrados na realização da sua atividade quer operacional ou não operacional.

Nesse sentido, o objetivo da análise das demonstrações financeiras é fornecer informações úteis sobre a posição financeira, a rentabilidade e as atividades operacionais, de investimento e de financiamento de uma empresa (MARTINS, 2011). Os usuários dessa informação, também chamados de stakeholders, podem ter interesses diversos nas demonstrações financeiras, dependendo de seu perfil e relacionamento com a empresa. Cada grupo analisa esses dados com objetivos específicos, de acordo com suas necessidades e expectativas (SEBASTIÃO, 2014).

Os investidores, incluindo fornecedores de capital de risco e seus consultores, avaliam constantemente o risco e o retorno de seus investimentos. Para tomar decisões sobre compra, manutenção ou venda de ações, eles necessitam de informações detalhadas, assim como os

acionistas, que também buscam dados para analisar a capacidade da empresa de pagar dividendos.

Os empregados e seus representantes têm interesse na estabilidade e rentabilidade da organização, pois isso impacta diretamente seus salários, benefícios previdenciários e oportunidades de carreira. Já os mutuantes precisam de informações que lhes permitam avaliar se a empresa será capaz de honrar o pagamento de empréstimos e juros na data de vencimento. De forma semelhante, os fornecedores e demais credores comerciais analisam a capacidade da empresa de quitar suas obrigações financeiras dentro do prazo. Enquanto os credores comerciais geralmente observam um horizonte de tempo mais curto, podem ter um interesse prolongado caso dependam da continuidade da empresa como cliente relevante.

Os clientes, por sua vez, acompanham a viabilidade da empresa, especialmente quando mantêm contratos de longo prazo ou possuem dependência dos seus produtos ou serviços. O governo e seus órgãos utilizam informações financeiras para monitorar a alocação de recursos, regulamentar as atividades empresariais, definir políticas tributárias e elaborar estatísticas econômicas e sociais. Por fim, o público em geral é impactado de diversas maneiras pelas empresas, seja por meio da geração de empregos, do estímulo à economia local ou da parceria com fornecedores. As demonstrações financeiras fornecem dados sobre a evolução da empresa, seu desempenho econômico e o alcance de suas operações.

A existência de demonstrações financeiras padronizadas, preparadas em conformidade com os pronunciamentos contábeis, possibilita aprimorar a comparabilidade e a transparência das informações. Os stakeholders podem analisar mais facilmente o desempenho financeiro de diferentes empresas do mesmo setor ou de setores diferentes, o que reforça que a comparabilidade é crucial para os stakeholders na tomada de decisões informadas sobre a atribuição de recursos, oportunidades de investimento e avaliação de riscos (REIS et al., 2014; NEVES, 2024).

Além disso, a padronização promove maior grau de consistência e confiabilidade das informações divulgadas pelas empresas, reduzindo a probabilidade de manipulação pela administração, a má interpretação das informações financeiras e, potencialmente, a assimetria informacional.

2.2 IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A assimetria de informação é um desafio contínuo nos mercados financeiros, e para minimizar seus efeitos e promover um ambiente de investimento justo e transparente, agências reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil, impõem regras rigorosas sobre a divulgação de informações, notadamente, pelas empresas de capital aberto. Por sua vez, as empresas devem adotar boas práticas de governança corporativa, como conselhos independentes e auditorias externas, visando assegurar que as informações divulgadas sejam precisas e completas.

Todos esses elementos contribuem para uma divulgação efetiva de informações no mercado, onde empresas que adotam políticas de transparência e se comunicam proativamente com os investidores tendem a reduzir a assimetria de informação. O projeto “Primary Financial Statements” foi iniciado pelo International Accounting Standards Board (IASB) com o objetivo de revisar e aprimorar a forma como as empresas apresentam suas demonstrações financeiras, particularmente no que se refere à segregação e apresentação de informações relevantes para os investidores e demais stakeholders. O objetivo central era fornecer uma estrutura mais clara e útil para a comunicação das informações financeiras, especialmente em relação às informações sobre desempenho operacional, e melhorar a consistência e transparência das demonstrações

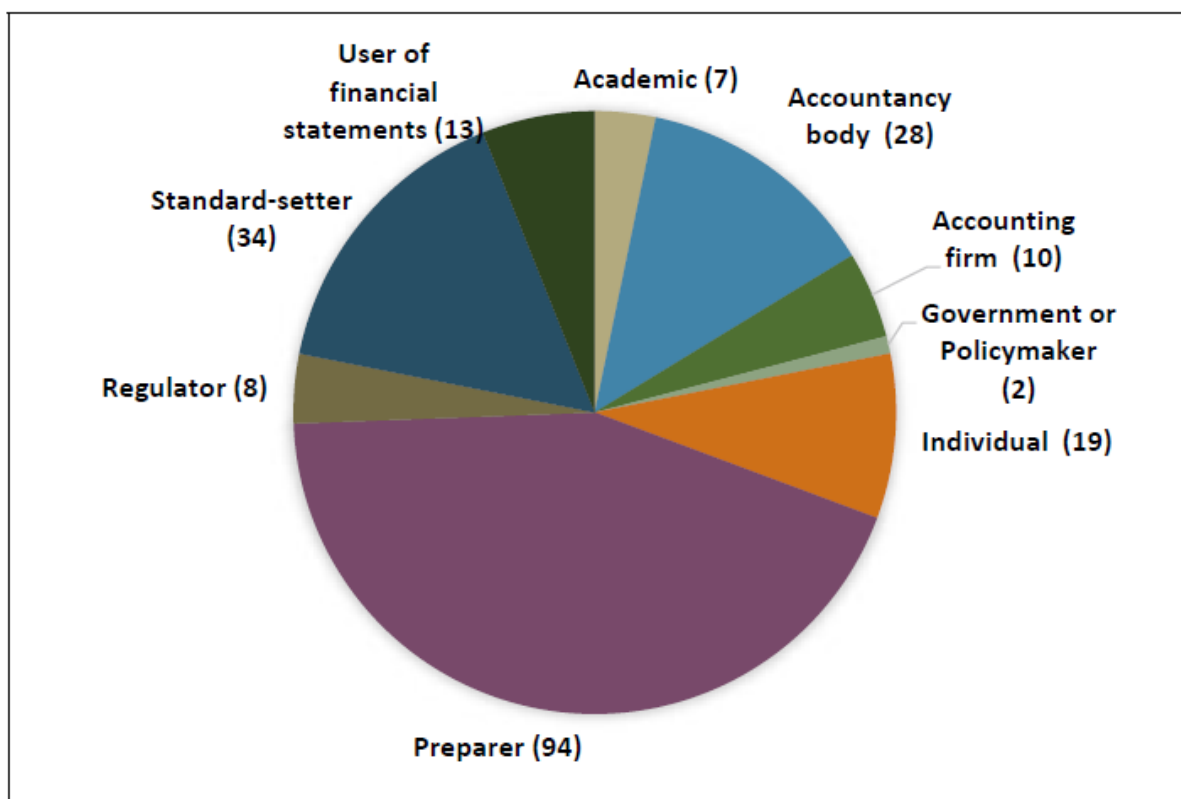
financeiras (SALOTTI, 2024).

O projeto foi iniciado em 2017, após uma análise das lacunas existentes nas práticas de apresentação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à clareza na apresentação dos itens não recorrentes e das medidas de desempenho de gestão. O IASB iniciou um processo de consulta pública para obter feedback dos stakeholders sobre a necessidade de uma revisão das práticas de apresentação das demonstrações financeiras, com foco na distinção entre as atividades operacionais e não operacionais, bem como na apresentação de MPM.

Esse trabalho ensejou na elaboração do documento ‘Exposure Draft ED/2019/7 – General Presentation and Disclosures’ (IFRS, 2019), sobre a revisão das demonstrações financeiras primárias, detalhando as mudanças propostas nas práticas de apresentação das demonstrações financeiras. A proposta sugeria a criação de novas exigências de divulgação, com ênfase na melhoria da qualidade das informações financeiras, destacando o desempenho operacional e fornecendo uma reconciliação das MPMs com as demonstrações financeiras auditadas.

A proposta gerou uma série de comentários e sugestões dos stakeholders, incluindo empresas, auditores, reguladores e investidores. Essa fase foi fundamental para aprimorar a norma e alinhar as expectativas dos stakeholders com os objetivos do projeto. Salotti (2024) identificou que o IASB recebeu 215 cartas de comentários que foram analisadas para aprimorar o documento. A Figura 2 apresenta as 215 cartas organizadas de acordo com o tipo de stakeholder:

Figura 2 - Análise das cartas de comentários ao ED/2019/7 de acordo com o tipo de stakeholder.



Fonte: Salotti (2024)

Após um processo de revisões e ajustes, o IASB finalizou o projeto e emitiu a norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras para aprimorar os requisitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. As principais inovações

introduzidas pela IFRS 18 envolvem: i) comparabilidade na demonstração de lucros ou perdas; ii) transparência das medidas de desempenho definidas pela administração; e iii) agrupamento de informações nas demonstrações financeiras (IFRS, 2024).

Em linhas gerais, as companhias que utilizam as normas IFRS para preparar suas demonstrações financeiras estão afetadas pela IFRS 18. A norma estabelece diretrizes para a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, impactando, assim, todos que seguem essas normas. A IFRS 18 substitui a IAS 1 (equivalente no Brasil ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis) e implementa uma estrutura categorizada para a demonstração de lucros ou perdas, possibilitando minimizar a variação no reporte da demonstração de resultados e permitir comparações mais eficazes entre empresas pelos usuários. De acordo com Salotti (2024), as disposições da IAS 1 permanecem na nova norma, tendo sido realizadas apenas adaptações ou transferências para outras normas, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Comparativo entre a IAS 1 e IFRS 18

General Considerations	IAS 1	IFRS 18
Fair Presentation and Compliance	Items 15-24	Transferred to IAS 8 - Items 6A-6J
Compliance	Items 25-26	Transferred to IAS 8 - Items 6K-6L
Accrual Basis	Items 27-28	Transferred to IAS 8 - Items 6M-6N
Materiality and Aggregation/Disaggregation	Items 29-31	Items 19-20 and 41-43 (updated)
Offsetting Amount	Items 32-35	Items 44-45
Frequency of Presentation of Financial Statements	Items 36-37	Items 28-29
Comparative Information	Items 38-44	Items 31-40
Consistency of Presentation	Items 45-46	Item 30

Fonte: Salotti (2024)

Importa ressaltar que IAS 1 não exigia explicitamente uma distinção rígida entre atividades principais e não principais, nem determinava um formato único para a demonstração do resultado. No entanto, a antiga norma estabelecia que as demonstrações financeiras fornecessem informações relevantes e comparáveis, o que pode levar as empresas a separar os lucros operacionais e não operacionais para melhorar a transparência (CZAJOR, 2024).

O impacto dessa abordagem é que a empresa deve classificar corretamente suas receitas e despesas para refletir sua atividade principal. Isso afeta diretamente a análise financeira e como os investidores e analistas conseguem distinguir melhor o desempenho recorrente da empresa (relacionado às operações principais) de ganhos ou perdas ocasionais (provenientes de atividades não operacionais, como venda de ativos ou variações cambiais).

Se uma empresa não separar essas categorias adequadamente, pode distorcer a percepção de seu desempenho real, tornando difícil para usuários externos avaliarem sua lucratividade sustentável. Assim, para aprimorar o IAS 1 quanto à clareza e confiabilidade das informações financeiras, o IFRS 18 exige uma reestruturação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), com a introdução de cinco categorias específicas para a classificação de receitas e despesas: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas. Além disso, é necessária a apresentação de subtotais como "Lucro Operacional" e "Lucro Antes do Financiamento e Imposto de Renda", proporcionando uma visão mais clara do desempenho financeiro da entidade.

Quadro 1 – Estrutura simplificada da DRE por categorias.

Demonstração do Resultado do Exercício	Categorias
Receita	Operacional
Despesas operacionais	
LUCRO OPERACIONAL	
Participação nos lucros ou prejuízos de investidas	Investimento
Receita de outros investimentos	
Receita de juros de caixa e equivalentes de caixa	
LUCRO ANTES DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	
Despesas de juros sobre empréstimos e passivos de arrendamento	Financiamento
Despesas com juros sobre obrigações previdenciárias	
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	
Imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda
LUCRO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	
Operações descontinuadas	Operações descontinuadas
LUCRO LÍQUIDO	

Fonte: Adaptado pelo autor conforme KPMG (2024).

Outra mudança importante é a exigência de maior desagregação das informações. As empresas devem apresentar as despesas de acordo com sua natureza (como depreciação e salários) ou função (como custo dos produtos vendidos e despesas administrativas), escolhendo a abordagem que forneça informações mais relevantes. Também foi incluída a obrigatoriedade de divulgar as Medidas de Desempenho Gerencial (MPM), que é o tema central deste artigo. As MPM são indicadores utilizados internamente pela administração, que deverão ser acompanhadas de uma reconciliação com os subtotais exigidos pela IFRS 18.

As notas explicativas também serão afetadas, uma vez que deverão fornecer contextos mais detalhados sobre os itens apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo informações sobre políticas contábeis, estimativas significativas e julgamentos críticos feitos pela administração. Essas mudanças impactam tanto as empresas quanto os investidores. As empresas precisarão adaptar seus sistemas contábeis e processos internos para atender às novas exigências, além de capacitar suas equipes para aplicar corretamente as novas diretrizes. Para os investidores e demais usuários das demonstrações financeiras, a IFRS 18 proporcionará maior clareza e comparabilidade, permitindo uma avaliação mais precisa do desempenho financeiro e operacional das empresas.

Até a data de expedição da IFRS 18, não existia uma estrutura especificada para a demonstração de resultados, as empresas podiam escolher os próprios subtotais que desejavam incluir. Dessa forma, embora as empresas reportem o lucro operacional apurado em determinado período, a forma como esse lucro operacional é calculado podia variar de empresa para empresa, reduzindo a comparabilidade (IFRS, 2024).

A produção científica sobre a IFRS 18 evidencia diferentes perspectivas quanto à utilidade e implementação da norma. Estudos como Djemai (2025) e Oyedokun et al. (2025)

destacam que a norma representa um avanço significativo na padronização da divulgação de informações gerenciais, permitindo que stakeholders obtenham uma visão mais transparente do desempenho das empresas e, conseqüentemente, reduzam a assimetria informacional entre administradores e investidores.

Por outro lado, outras pesquisas apontam desafios práticos relacionados à implementação da IFRS 18. Ergün (2025) ressalta que a utilização das MPMs como “nova linguagem de comunicação” exige adaptação dos analistas e investidores para interpretar indicadores específicos definidos pelas próprias empresas. Carmo (2024), ao analisar empresas europeias, evidencia que a diversidade de práticas contábeis e o nível de detalhamento das MPMs ainda geram dificuldades de comparabilidade entre organizações, mostrando que a norma ainda está em fase emergente de consolidação.

Ademais, El Khatib (2025) levanta questões sobre possíveis ambigüidades jurídicas e divergências de aplicação em diferentes jurisdições, indicando que a eficácia da IFRS 18 depende não apenas da padronização, mas também do alinhamento entre regulamentação, práticas de divulgação e capacidade dos stakeholders de interpretar as informações. Nessa perspectiva, Salotti (2024) enfatiza a literatura sobre a IFRS 18 ainda é incipiente, sobretudo quanto ao impacto das MPMs na tomada de decisão de investidores e analistas, reforçando o caráter emergente da norma.

2.3 Medidas de Desempenho de Gestão (MPM)

Em consonância ao objetivo da presente pesquisa, conforme as principais mudanças trazidas pela IFRS 18, destaca-se o conceito de Medidas de Desempenho de Gestão (MPM), que segundo a nova norma, devem ser divulgadas em nota explicativa nas demonstrações financeiras. De acordo com Paixão (2024), as MPM fornecem aos usuários das demonstrações financeiras informações sobre como a administração da empresa avalia o desempenho da companhia, podendo ser utilizadas para avaliar a efetividade da estratégia da empresa, comparar o desempenho com seus pares e identificar áreas de risco e oportunidade. Elas podem ser quantitativas, como receita, lucro líquido, retorno sobre o capital próprio (ROE), ou qualitativas, como satisfação do cliente, qualidade dos produtos ou serviços (CRUZ, 2024).

As informações relativas a essas MPM devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras em nota única, englobando uma reconciliação entre a MPM e o subtotal especificado mais análogo nas normas contábeis IFRS (NEVES, 2024). Essa metodologia é considerada uma medida não-GAAP nas demonstrações financeiras mas que as entidades utilizam: i) em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e/ou ii) para comunicar aos usuários das demonstrações financeiras a visão da administração sobre determinado desempenho da entidade (GRANT THORNTON, 2024).

As medidas não-GAAP são aquelas utilizadas para avaliação e monitoramento do desempenho empresarial que não refletem os fundamentos teóricos presentes nos normativos contábeis em vigor (VASCONCELOS, 2017), ou seja, são medidas alternativas de mensuração que não atendem aos princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP) ou com os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS). Entre as principais medidas não-GAAP, destaca-se o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization), que representa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, sendo útil para medir a capacidade operacional da empresa sem os efeitos financeiros e contábeis. Outra métrica relevante é o EBIT (Earnings Before Interest and Taxes), que é semelhante ao EBITDA, mas inclui depreciação e amortização (CFA, 2016).

Rainsbury (2016) investigou o impacto das diretrizes da autoridade de mercados

financeiros da Nova Zelândia (FMA) sobre a divulgação de informações financeiras não-GAAP por empresas listadas na Nova Zelândia. A pesquisa buscou analisar se a introdução dessas diretrizes resultou em mudanças na quantidade e na qualidade das informações financeiras não-GAAP divulgadas, bem como na ênfase dada a esses números em relação ao lucro auditado GAAP.

Os resultados do estudos apontam que embora a qualidade das informações sobre os lucros não-GAAP melhorou nos relatórios anuais das empresas entre 2012 e 2014, foram identificadas preocupações quanto às definições e termos utilizados para lucros não-GAAP, que podem dificultar a comparação dessas métricas ao longo do tempo e entre empresas. A profundidade das explicações sobre os cálculos e ajustes de lucros não-GAAP ainda necessita de melhorias.

Conforme destacam De Andrade e Murcia (2019), as medidas não-GAAP carregam consigo um viés discricionário, gerando debates de que as medidas não-GAAP geram dificuldade em comparar medidas financeiras ajustadas entre empresas. As medidas não-GAAP, por sua própria natureza, não são padronizadas e são personalizadas individualmente pela administração. Isso pode ser um empecilho para os investidores compararem o desempenho de várias empresas (BROWN, 2020). A título de exemplo, McKeon e Usvyatsky (2018) identificaram que os problemas relacionados às medidas não-GAAP representam o segundo maior número de comentários da equipe da Securities and Exchange Commission (SEC) durante o processo de revisão de arquivos.

As medidas não-GAAP não são proibidas pelo IFRS, mas seu uso deve seguir certas diretrizes. O IFRS permite que empresas apresentem métricas ajustadas, desde que sejam transparentes, conciliadas com os números contábeis e não induzam os usuários ao erro. O problema dessas métricas é que, por não seguirem um padrão contábil oficial, podem ser manipuladas para apresentar um desempenho financeiro mais favorável do que o real.

Além disso, a falta de padronização dificulta a comparação entre empresas do mesmo setor, pois cada uma pode definir suas próprias regras para calcular métricas como EBITDA ajustado ou lucro líquido ajustado. Esse potencial de distorção e falta de transparência pode prejudicar investidores e analistas na avaliação real do desempenho da empresa.

Yang e Abeysekera (2018) investigaram a qualidade das demonstrações dos resultados de empresas da Austrália que cumprem e que não cumprem as diretrizes não-GAAP do Australian Securities and Investments Commission (ASIC) no período entre 2011 e 2014. O estudo identificou que as empresas em desconformidade excluem despesas recorrentes relevantes para os ganhos futuros ao calcular seus ganhos subjacentes, o que pode enganar os usuários das informações financeiras.

Nessa perspectiva, a transparência das MPM, que são consideradas não-GAAP, se mostra relevante, pois a utilização oportunista de medidas não-GAAP pelas empresas leva investidores a ficarem céticos sobre os motivos subjacentes da administração e o valor dessas medidas (BROWN, 2020). Ressalta-se que a literatura já oferece evidências da utilidade de medidas não-GAAP (BRADSHAW & SLOAN, 2002; BHATTACHARYA et al., 2003; BROCKMAN & RUSSEL, 2012), para as informações financeiras. Portanto, apesar dos riscos de manipulação, as MPM podem desempenhar um papel importante na avaliação do desempenho empresarial, desde que apresentadas de maneira clara e transparente.

2.4 Assimetria Informacional

Para Bertolin et al. (2008) a assimetria de informações é definida como o fenômeno

segundo o qual alguns agentes econômicos têm mais informação do que sua contrapartida, moldando um cenário incerto e inseguro. Isso implica dizer que, no mercado, cenários como esse geram desequilíbrio no acesso e na qualidade das informações que existem entre os administradores de uma empresa e seus investidores.

Para conhecer a estrutura organizacional de uma empresa e suas informações econômicas e financeiras, faz-se necessária a divulgação das demonstrações financeiras pelos gestores internos (DE ARRUDA et al., 2015). Os administradores, que estão diretamente envolvidos na operação diária da empresa, têm acesso a dados detalhados, internos e frequentemente confidenciais sobre o desempenho, estratégias e riscos da empresa. Em contraste, os investidores dependem de relatórios financeiros públicos, comunicados de imprensa, e outras formas de divulgação que podem não refletir completamente a realidade interna da empresa.

A relação entre as demonstrações financeiras e assimetria informacional está na transparência e acessibilidade das informações dentro de uma empresa. Quando as demonstrações financeiras são incompletas, manipuladas ou de baixa qualidade, a assimetria informacional aumenta, favorecendo grupos internos, como gestores e controladores, em detrimento de investidores minoritários, credores e outros interessados.

O desafio por trás do enfrentamento à assimetria informacional entre os usuários do mercado é mitigar o risco de negociação entre investidores desinformados com investidores informados, gerando problemas de seleção adversa (AKERLOF, 1970) e/ou risco moral (JESSEN & MECKLING, 1976). Ali (2010) aborda sobre a importância de uma maior evidência de informações por parte das companhias, pois reduz a assimetria informacional e aumenta a visibilidade e negociabilidade dos papéis da companhia e, com isto, tende a diminuir o custo de captação de recursos através do mercado de capitais.

O mercado eficiente é definido por Fama (1973, p. 133) como sendo aquele em que “os preços de seus títulos refletem integralmente todas as informações disponíveis naquele momento”. A insuficiência de informações resultará na precificação incorreta ou na demora para ajustes nos preços (BELO & BRASIL, 2006). Akerlof (1970) analisou e exemplificou as implicações da assimetria informacional utilizando o mercado de carros usados nos EUA.

O autor afirma que a pessoa que vende um automóvel tem pleno conhecimento das condições de seu veículo, mas quem compra desconhece essas condições. Isso faz com que o comprador tenha uma predisposição a pagar um preço mais baixo pelo veículo. Por consequência disso, o vendedor que possui um carro em boas condições não quer vendê-lo sabendo que vai receber uma proposta diferente do valor real do seu veículo. A incerteza desse ambiente de negócios e, principalmente, os conflitos de interesse gerados pela assimetria informacional, produzem um mercado composto por produtos de baixa qualidade, o que eleva a desconfiança dos agentes envolvidos.

Sendo assim, qualifica-se como um mercado eficiente aquele onde as informações disponíveis não são assimétricas, ou seja, quando os investidores têm informações suficientes para tomar suas decisões, o que resulta em uma correta precificação dos ativos. Isso sugere que a assimetria informacional pode levar a mercados financeiros menos eficientes, onde os preços das ações não refletem todas as informações disponíveis, fazendo com que investidores tomem decisões baseadas em informações incompletas ou desatualizadas, aumentando o risco de suas operações. Uma vez que os investidores tenham a percepção de que não estão sendo devidamente informados, isso pode levar a uma menor participação e liquidez no mercado de capitais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico (MENEGETTI, 2011), de natureza qualitativa, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar o potencial informacional das Medidas de Desempenho de Gestão (MPMs) introduzidas pela IFRS 18 para a redução da assimetria informacional entre administradores e stakeholders.

A opção pelo ensaio teórico justifica-se pelo caráter recente e emergente da IFRS 18, cuja implementação ainda se encontra em fase inicial, o que limita a disponibilidade de dados empíricos consolidados. Nesse contexto, o ensaio teórico mostra-se adequado por permitir a articulação crítica de conceitos, normas e evidências prévias, possibilitando o aprofundamento analítico e a identificação de lacunas de pesquisa, conforme recomendado para estudos exploratórios em contabilidade normativa e divulgação financeira (MARTINS & THEÓPHILO, 2016).

O processo de seleção das fontes bibliográficas foi conduzido de forma sistemática, priorizando estudos nacionais e internacionais recentes que abordassem temas relacionados à IFRS 18, às Medidas de Desempenho de Gestão (MPMs), à assimetria informacional e à utilidade da informação contábil para stakeholders. Foram considerados artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos acadêmicos disponíveis no Google Scholar, além de publicações técnicas de órgãos reguladores e firmas de contabilidade. Como critérios de inclusão, foram considerados: (i) aderência temática ao objetivo do estudo; (ii) relevância acadêmica do veículo de publicação; e (iii) atualidade das fontes, com ênfase em trabalhos publicados a partir da emissão da IFRS 18.

Já a análise documental concentrou-se nos pronunciamentos oficiais relacionados à IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os documentos foram examinados com base em critérios analíticos previamente definidos, quais sejam: (i) requisitos formais de divulgação das MPMs; (ii) exigências de reconciliação com medidas contábeis tradicionais; (iii) necessidade de explicações qualitativas sobre a definição e o uso das MPMs; e (iv) implicações potenciais para a transparência. A interpretação desses critérios foi realizada à luz da literatura contábil e dos objetivos informacionais da norma, permitindo uma análise crítica e integrada entre teoria e regulação.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram o desenvolvimento de argumentações analíticas e comparativas, alinhadas ao objetivo do estudo, contribuindo para a compreensão do papel das MPMs como instrumento informacional no contexto da IFRS 18.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A IFRS 18 introduz dois elementos que conceitualmente conferem uma maior transparência e lastro às MPM, que passarão a fazer parte das notas explicativas nas demonstrações financeiras. O primeiro deles é a obrigatoriedade da reconciliação das MPM com o subtotal ou total mais diretamente comparável exigido pela IFRS 18 ou por subtotal exigido por outra norma IFRS. Essa evidenciação contribui para o entendimento dos usuários das demonstrações financeiras sobre o impacto das MPM nos saldos contábeis e mitigar possíveis manobras contábeis (YANG & ABEYSEKERA, 2018).

O segundo determina que a administração das empresas declare formalmente que as MPM utilizadas refletem a visão da administração sobre o desempenho financeiro da entidade

como um todo, fornecendo às partes interessadas informações que permitam avaliar a efetividade da estratégia da empresa, comparar o desempenho com seus pares e identificar áreas de risco e oportunidade.

Isso significa que, ao refletirem métricas de gestão, as MPM podem aproximar os usuários externos da lógica decisória utilizada pelos administradores. Esse aspecto é particularmente relevante para investidores e analistas, que frequentemente demandam indicadores que extrapolam os limites das demonstrações financeiras tradicionais.

Dessa forma, a principal oportunidade das MPM reside em sua capacidade de complementar as informações GAAP, fornecendo aos stakeholders uma visão mais alinhada à forma como a administração avalia o desempenho econômico da empresa. Ao excluir itens considerados não recorrentes ou não operacionais, as MPM podem melhorar a relevância informacional, permitindo análises mais focadas na performance operacional subjacente.

Quando se fala em ajustes por reestruturação, ganhos ou perdas com vendas de ativos ou variações extraordinárias de câmbio, esses são exemplos que podem impactar significativamente o lucro líquido, mas não necessariamente indicam a tendência de geração de valor da empresa. Ao separar esses efeitos, as MPM permitem que os stakeholders compreendam melhor o desempenho subjacente do negócio, reduzindo a possibilidade de interpretações equivocadas que poderiam resultar de análise exclusiva das métricas GAAP tradicionais.

Apesar dos benefícios informacionais inicialmente apresentados, a natureza discricionária das MPMs envolve riscos. A ausência de padronização pode permitir viés gerencial, seleção conveniente de ajustes e práticas de gerenciamento de resultados, gerando escolha de métricas que favoreçam a imagem de desempenho da empresa. Esse risco é amplamente discutido na literatura sobre medidas consideradas não-GAAP, que aponta para a possibilidade de divulgação seletiva ou excessivamente otimista.

O estudo de Rainsbury (2016), realizado com empresas da Austrália, indica que a qualidade das informações financeiras não-GAAP dessas empresas melhorou após o estabelecimento de diretrizes para a sua divulgação, sobretudo em termos de clareza, consistência e redução de viés gerencial. Esse achado sugere que o problema central das medidas não-GAAP não está em sua existência, mas na ausência de regras claras para sua divulgação.

Nesse sentido, a IFRS 18 incorpora mecanismos regulatórios ao exigir que as MPMs sejam: (i) claramente definidas; (ii) reconciliadas com medidas contábeis reconhecidas; e (iii) acompanhadas de explicações qualitativas sobre sua utilidade e limitações. Sendo assim, as MPMs deixam de ser apenas medidas internas ou subjetivas e se tornam instrumentos de comunicação estratégica e transparente, mitigando o ambiente de incerteza e insegurança apontado por Bertolin et al. (2008).

Tais conclusões dialogam com os achados de Brown (2020) que identificou que as pesquisas sobre as medidas não-GAAP geralmente confirmam que o método permite às empresas explicar os efeitos financeiros incomuns que não são representativos das tendências subjacentes dos negócios, além de transmitir itens financeiros que são mais importantes para entender as principais operações da empresa.

Uma vez que as MPM tem como objetivo oferecer aos stakeholders uma visão mais precisa e confiável do desempenho da empresa, facilitando a tomada de decisões e a redução dos riscos associados à interpretação dos resultados financeiros, elas podem ajudar a mitigar a assimetria informacional ao oferecer explicações mais claras sobre variações financeiras atípicas e ao destacar as métricas de gestão para compreensão das operações da empresa.

Não obstante, faz-se necessário que as partes interessadas analisem criticamente as reconciliações das MPM e as justificativas fornecidas pelas empresas, uma vez que sua regulamentação não elimina completamente o risco de vieses ou distorções. Dessa forma, a IFRS 18 surge como um mecanismo regulatório para potencializar as oportunidades apresentadas e mitigar os riscos inerentes ao estabelecer critérios formais de divulgação, reconciliação e explicação das MPMs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe uma contribuição original ao analisar o papel das Medidas de Desempenho de Gestão (MPMs) à luz da IFRS 18, abordando um tema ainda emergente na literatura contábil: a utilização das MPMs para reduzir a assimetria informacional entre administradores e stakeholders. Diferentemente de estudos anteriores que se concentraram exclusivamente em medidas não-GAAP ou na teoria normativa, este trabalho integrou análise documental, revisão de literatura e discussão crítica sobre como a obrigatoriedade de reconciliação e a responsabilização formal da administração podem aprimorar a transparência e a utilidade das informações financeiras.

Do ponto de vista prático, os resultados indicam que a IFRS 18 representa um instrumento regulatório relevante para auditores e reguladores. Para auditores, o estudo evidencia a importância de verificar não apenas a precisão contábil das reconciliações das MPMs, mas também a coerência das justificativas fornecidas pela administração, garantindo que os ajustes reflitam a performance subjacente da entidade e não apenas uma visão gerencial seletiva. Para reguladores, os achados reforçam a relevância de normas claras e detalhadas sobre divulgação de medidas não-GAAP, que podem reduzir os riscos de vieses gerenciais e aumentar a comparabilidade entre empresas, fortalecendo a confiança do mercado e a qualidade da governança corporativa.

Em síntese, este ensaio teórico evidencia que, embora as MPMs sejam medidas não-GAAP, sua divulgação estruturada e regulada pela IFRS 18 tem o potencial de mitigar a assimetria informacional, aprimorar a transparência financeira e servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão informada. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a análise crítica contínua por parte de investidores e stakeholders permanece essencial, consolidando a importância de práticas robustas de governança, auditoria e regulamentação no contexto de informações financeiras emergentes.

Apesar das contribuições do presente estudo, algumas limitações devem ser consideradas. Primeiramente, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, sem a utilização de dados empíricos ou quantitativos, o que limita a generalização dos resultados para diferentes contextos corporativos. Além disso, o estudo utilizou literatura selecionada e normas existentes, sem incluir evidências diretas sobre a aplicação das MPMs em empresas de diferentes setores ou países, o que poderia fornecer insights mais robustos sobre a efetividade da IFRS 18 na redução da assimetria informacional. Por fim, embora referências internacionais tenham sido utilizadas, a análise não considerou uma comparação ampla entre jurisdições regulatórias distintas, o que pode influenciar a aplicabilidade dos achados em contextos culturais e econômicos diversos.

Com base nessas limitações, surgem diversas oportunidades para pesquisas futuras. Estudos empíricos poderiam investigar, por meio de análise de dados financeiros ou estudos de caso, como a divulgação das MPMs influencia a percepção dos investidores, o custo de capital ou a volatilidade do mercado após a implementação da IFRS 18. Pesquisas comparativas entre setores e países poderiam identificar variações no impacto das MPMs e na redução da assimetria

informativa, enquanto estudos qualitativos com investidores, analistas e auditores poderiam esclarecer como essas medidas são interpretadas e incorporadas nas decisões de investimento. Além disso, investigações sobre a evolução da padronização das MPMs ao longo do tempo e sua relação com práticas de governança corporativa e qualidade da auditoria poderiam contribuir para avaliar o papel da IFRS 18 como instrumento de transparência e accountability, ampliando a compreensão de seu efeito prático no mercado financeiro.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. **The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism.** *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALI, S. A. A. **Relações com investidores e geração de valor: um estudo comparativo das percepções de profissionais da área de RI e de investidores no Brasil.** 2010. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

BELO, N.; BRASIL, H. **Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado.** *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, p. 48-57, 2006.

BERTOLIN, R.; DOS SANTOS, A.; DE LIMA, J.; BRAGA, M. **Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas.** *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 59-81, 2008.

BHATTACHARYA, N.; BLACK, E.; CHRISTENSEN, T.; LARSON, C. R. **Assessing the relative informativeness and permanence of pro forma earnings and GAAP operating earnings.** *Journal of Accounting & Economics*, v. 36, n. 1-3, p. 285-319, 2003.

BOLLEN, L.; HASSINK, H.; BOZIC, G. **Measuring and explaining the quality of internet investor relations activities: a multinational empirical analysis.** *International Journal of Accounting Information Systems*, v. 7, n. 4, p. 273-298, 2006.

BRADSHAW, M. T.; SLOAN, R. G. **GAAP versus the street: an empirical assessment of two alternative definitions of earnings.** *Journal of Accounting Research*, v. 40, n. 1, p. 41-66, 2002.

BROCKMAN, C. M.; RUSSELL, J. W. **EBITDA: use it...or lose it?** *International Journal of Business, Accounting, and Finance*, v. 6, n. 2, p. 84-92, 2012.

BROWN, N. C. **Tornando-se de capital aberto: os benefícios e as armadilhas das métricas não GAAP.** *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 14, n. 2, p. 145-157, 2020.

CARMO, C. S. do. **Análise das management-defined performance measures: o caso das empresas europeias que aplicam as normas IFRS.** 2024. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2024

CFA. **Investor uses, expectations and concerns on non-GAAP financial measures.** *CFA Institute*, 2016. Disponível em: <https://rpc.cfainstitute.org/sites/default/files/>

/media/documents/support/advocacy/investor-uses-expectations-concerns-on-non-gaap.pdf.
Acesso em: 27 fev. 2025.

CRUZ, B. **IFRS 18: apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**. 2024. Disponível em: <https://blog.fortestecnologia.com.br/gestao-contabil/ifrs-18-dre-demonstracao-financeira/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CZAJOR, P. **IFRS 18: advancing the relevance and utility of financial statements for stakeholders**. *European Research Studies Journal*, v. 27, n. 2, p. 265-275, 2024.

DE ANDRADE, G. V.; MURCIA, F. D. **Uma análise crítica sobre os ajustes adicionais considerados nas divulgações da medida não-GAAP “EBITDA Ajustado” em relatórios de companhias listadas brasileiras**. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 13, n. 4, 2019.

DE ARRUDA, M. P.; DE SOUSA, R. A. M.; GIRÃO, L. F. A. P.; PAULO, E. **Divulgação de informações por meio da Internet: serão as redes sociais capazes de reduzir a assimetria informacional entre empresas e investidores?** *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 3, n. 2, p. 27-41, 2015.

DELOITTE. **IFRS 18 IASB publishes new standard on presentation and disclosure in financial statements**. 2024. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/in/Documents/audit/in-audit-ifrs-18-noexp.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DINIZ, N. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

DJEMAI, M. S. **Analyzing IFRS 18: a new framework for presentation and disclosure in financial statements and implementation challenges**. *Journal of Organizational and Financial Analysis*, v. 7, n. 1, p. 1–15, 2025.

EL KHATIB, A. S. **IFRS 18 – apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: solução ou problema?** *Revista de Direito Contábil Fiscal*, v. 6, n. 2, p. 45–62, 2025.

ERGÜN, İ. **Management’s new communication language under IFRS 18: management-defined performance measures**. *Muhasebe ve Finansman Dergisi*, n. 105, p. 1–18, 2025.

FAMA, E. F. **Risk, return and equilibrium: empirical tests**. *Journal of Political Economy*, v. 81, n. 3, p. 607-636, 1973.

GRANT THORNTON. **IFRS 18 - Conheça a nova norma de apresentação e divulgação do IASB**. 2024. Disponível em: https://www.grantthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/ifrs-18-conheca-a-nova-norma-de-apresentacao-e-divulgacao-do-iasb/#faq_5956172_4. Acesso em: 15 jul. 2024.

IFRS FOUNDATION. **Nova Norma de Contabilidade IFRS ajudará o investidor a analisar o desempenho financeiro das empresas**. 2024. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/news/2024/ifrs-18/ifrs-18-pr-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

IFRS STANDARDS. **Exposure draft ED/2019/7 - General Presentation and Disclosures**. 2019. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/primary-financial-statements/exposure-draft/ed-general-presentation-disclosures.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure**. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KPMG. **A forma como as empresas comunicam o seu desempenho financeiro está mudando**. 2024. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/06/ifrs-18.html>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MARTINS, C. F. P. **Os modelos das demonstrações financeiras**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

McKEON, J.; USVYATSKY, O. **A look at top SEC comment letter issues in 2018**. Audit Analytics, Sutton, MA, 2018. Disponível em: <https://blog.auditanalytics.com/a-look-at-top-sec-comment-letter-issues-in-2018/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MENEGHETTI, F. K. **O que é um ensaio-teórico?**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, p. 320-332, 2011.

NASCIMENTO, I. C. S. D.; SANTOS, A. R. S.; ARAÚJO, V. L. A.; LIMA, J. R. N. D. C.; OLIVEIRA, N. Q. D. S. **Teorias da informação e da comunicação e comunicação na teoria contábil**. *Revista Conhecimento Contábil*, v. 10, ed. Especial, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31864/rcc.v10iEspecial.2802>.

NEVES, H. C. **IFRS 18 Implementation in Brazilian Enterprises: challenges and opportunities**. *International Journal of Business Administration*, v. 15, n. 2, 2024.

OYEDOKUN, G. E.; ABDULLAHI, I. O.; OYEDOKUN, P. O. **IFRS 18 and the future of financial performance reporting: challenges, implications, and roadmap for implementation**. *Journal of Financial Accounting Research*, v. 4, n. 2, p. 33–50, 2025.

PAIXÃO, V. **Decifrando a IFRS 18: mudanças nas demonstrações financeiras**. JCM Consultores, 2024. Disponível em: <https://jcmconsultores.com.br/artigo/decifrando-a-ifrs-18-mudancas-nas-demonstracoes-financeiras/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

RAINSBURY, E. **The impact of the FMA guidelines on non-GAAP earnings disclosures**. *Australian Accounting Review*, v. 83, p. 480-493, 2016.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R.; BIM, E. A. **Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente**. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>.

SALOTTI, B. M. IFRS 18 – a nova norma de apresentação das demonstrações financeiras: principais mudanças, implicações práticas e oportunidades de pesquisa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 18, n. 3, 2024.

SEBASTIÃO, J. Análise das demonstrações financeiras como fator determinante na tomada de decisão: estudo de caso de entidades angolanas. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal, 2014.

SILVA, K. R.; SOUZA, P. C. Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. *INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção*, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2011. ISSN 1984-6193.

VASCONCELOS, G. S. IFRS e a divulgação das medidas de desempenho não-GAAP EBITDA e EBITDA Ajustado no cenário corporativo brasileiro. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

YANG, Y.; ABEYSEKERA, I. Effect of non-IFRS earnings reporting guidelines on underlying earnings reporting quality: the case of Australian listed firms. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 29, p. 312-338, 2018.